



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

EDVÂNIA DOS SANTOS AVELINO

**DESAFIOS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DE UMA ALUNA SURDA NO
ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE SÃO DOMINGOS – BAHIA:
ENFRENTAMENTOS E PERSPECTIVAS**

**CONCEIÇÃO DO COITÉ
2024**

EDVÂNIA DOS SANTOS AVELINO

**DESAFIOS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DE UMA ALUNA SURDA NO
ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE SÃO DOMINGOS – BAHIA:
ENFRENTAMENTOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia, como requisito avaliativo do componente curricular Pesquisa Histórica III e IV.

Orientadora: Prof.^a Maria Cezarela Oliveira Carvalho

Banca examinadora: Prof. Dr^o José Ernane de Carvalho; Prof^a Dr^a Jusceli Cardoso.

**CONCEIÇÃO DO COITÉ
2024**

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso aborda os desafios de aprendizagem e inclusão enfrentados por uma aluna surda no ensino médio na cidade de São Domingos, Bahia, entre 2020 e 2023. O estudo tem como objetivo analisar o cotidiano escolar da aluna em uma escola pública, destacando os aspectos relacionados à inclusão, desenvolvimento e práticas pedagógicas ofertadas. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas com professores, colegas, familiares e a própria aluna, além de observações de documentos e contextos escolares. Os resultados indicam que a aluna não estava completamente alfabetizada em Libras ou língua portuguesa, e que a presença de uma intérprete foi crucial para seu aprendizado no ensino médio. Destaca-se a necessidade de formação continuada para professores, investimentos em recursos acessíveis e maior envolvimento familiar para promover a inclusão efetiva. Este estudo reforça a importância de políticas públicas que garantam a educação bilíngue e o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Aluna Surda; Ensino Médio; Libras; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This undergraduate thesis explores the learning and inclusion challenges faced by a deaf student in high school in São Domingos, Bahia, between 2020 and 2023. The study aims to analyze the student's daily school life in a public school, emphasizing aspects related to inclusion, development, and pedagogical practices. A qualitative approach was adopted, with data collected through interviews with teachers, peers, family members, and the student herself, as well as observations of school documents and contexts. Results show that the student was not fully literate in Brazilian Sign Language (Libras) or Portuguese, and the presence of an interpreter was crucial for her learning in high school. The study highlights the need for continuous teacher training, investment in accessible resources, and greater family involvement to foster effective inclusion. This research underscores the importance

of public policies that ensure bilingual education and comprehensive development for students with disabilities.

KEYWORDS: inclusive education, deaf student, high school, Brazilian Sign Language, public policies.

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	6
2 REFLEXÕES SOBRE PONTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	9
3 UM BREVE HISTÓRICO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COM AS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO COM O FOCO NO PERÍODO DE 2019 A 2023 ANOS QUE A ALUNA SURDA CURSOU O ENSINO MÉDIO	16
4 EDUCAÇÃO PARA SURDOS E OS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE	22
5 O ITINERÁRIO FORMATIVO DE UMA ALUNA SURDA EM UM ESPAÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Em tempos atuais, onde a sociedade encontra-se fragilizada face as complexidades inerentes das políticas públicas que deixam a desejar em setores tão importantes à vida, os desafios da educação inclusiva emergem como uma pauta crucial no cenário educacional global. Embora haja avanços significativos na promoção da diversidade e na garantia de acesso à educação para todos, ainda persistem obstáculos complexos a serem superados afetando diretamente pessoas com deficiência.

Contudo, questões como a falta de recursos adequados, a necessidade de formação continuada para os profissionais da educação, a resistência a mudanças estruturais e a perpetuação de estigmas sociais, são apenas algumas das barreiras que dificultam a efetivação de uma educação inclusiva. Além disso, a diversidade de necessidades dos alunos, sejam elas físicas, cognitivas, emocionais ou sociais, demanda uma abordagem multifacetada e flexível, requerendo adaptações constantes no currículo, na infraestrutura escolar e nas práticas pedagógicas. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária passa necessariamente pela superação desses desafios, garantindo a todos os estudantes o direito a uma educação de qualidade, que respeite e valorize suas singularidades.

O presente trabalho de conclusão de curso, move-se pelo desafio de socializar a trajetória da formação escolar no ensino médio de uma aluna surda na cidade de São Domingos – BA no CEEP (Centro Estadual de Educação Profissional), apesar de nossa região haver poucos intérpretes de libras, a aluna obteve uma intérprete durante todo o ensino médio, professora de outro município. Muitos desafios foram enfrentados pela aluna, o fato da mesma não estar totalmente alfabetizada na língua portuguesa e em Libras foi um grande obstáculo, houve dificuldades de alguns professores prepararem atividades adequadas, sendo outra dificuldade, mas nada que a fizesse desistir de estudar.

No início ela passou por alguns episódios de bullying, algumas situações que ocorreram por questões de adaptação mesmo de ambas as partes. Face a tais inquietações este estudo científico parte da seguinte questão norteadora: O ensino médio atual mediado pelas políticas da BNCC está preparado para o exercício da educação inclusiva?

A luta pela inclusão educacional de alunos que não se adequam ao modelo de “normalidade” tem camuflado práticas excludentes que pressupõem um processo de normalização do deficiente para a sua integração num sistema de ensino que não foi preparado para recebê-lo. (Souza, 2010, p.3)

No Brasil, nos últimos anos o atendimento a crianças, adolescentes e pessoas com necessidades especiais, está em constante evolução, a Lei 9394/96 garante atendimento gratuito a criança com necessidades especiais, a declaração de Salamanca 1994, informa os deveres e direitos do aluno, do professor, pais e governo, deixando claro a obrigação da escola em acolher crianças independente de raça, nível social e necessidades educativas específicas. O caminho que foi percorrido por esta aluna, é o motivo deste estudo, suas dificuldades em sala de aula, principalmente em relação a comunicação.

Diante do exposto, nos debruçamos sobre um estudo comprometido com os desafios da educação inclusiva na cidade de São Domingos – BA, procurando analisar a complexidade do processo educativo de uma aluna surda incluída no sistema de ensino regular, logo, nosso objetivo geral assenta-se na perspectiva de descrever o cotidiano de uma aluna surda em uma sala de aula de ensino médio de uma escola pública, analisando elementos colhidos na pesquisa referentes à prática pedagógica ofertada e o aprendizado, desenvolvimento e inclusão da aluna em questão. Destacamos como principais autores que referenciaram teoricamente essa pesquisa: Mazzotta (2001), Mantoan (2008), Ferrari (2021), Jannuzzi (2012), Figueira (2023).

Como objetivos específicos destacamos apresentar pontos relevantes da história da educação especial com uma breve abordagem na Grécia antiga, período medieval com destaque para a história da educação especial no Brasil; Abordar a BNCC como política curricular vigente inerente ao locus da pesquisa; refletir a educação para surdos e seus desafios contemporâneos; descrever o desafiante itinerário formativo de uma aluna surda na cidade de São Domingos – Bahia.

A inclusão de alunos surdos em classes de ensino regular na cidade de São Domingos – BA, apresenta desafios significativos que demandam abordagens específicas e adaptativas dos currículos em vigor. O limite linguístico, é uma das principais questões a serem superadas, visto que a língua de sinais muitas vezes, não é compreendida pelos professores e colegas ou não é utilizada como meio de instrução. Além disso, a falta de recursos adequados, como intérpretes de língua de

sinais e material didático adaptado, podendo assim, dificultar o acesso dos alunos surdos ao currículo escolar.

A necessidade de acessibilidade pedagógicas e metodológicas também se faz presente, requerendo estratégias que valorizem a visualização, a interação e a comunicação alternativa, além de promover um ambiente inclusivo e acolhedor. A formação continuada dos professores e o desenvolvimento de parcerias com profissionais especializados em educação de surdos são fundamentais para garantir o sucesso dessa inclusão, possibilitando a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, respeitando e valorizando a diversidade de todos os estudantes, em nosso caso, a aluna em condição de surdez.

A formação de professores para trabalhar com alunos surdos, é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade. Primeiramente, os professores precisam desenvolver competências linguísticas em língua de sinais, o que inclui não apenas a fluência na língua, mas também o entendimento da cultura surda e das especificidades da comunicação visual, abrindo uma reflexão nesta pesquisa que este é um dos pontos mais delicados no processo de educação de surdos, visto que, o ensino de Libras no Brasil, mesmo em processo de avanço, ainda não é totalmente acessível nos cursos de licenciatura. A capacitação em metodologias e estratégias de ensino adaptadas às especificidades dos alunos surdos, também é crucial. Isso inclui o uso de recursos visuais, materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e a promoção de atividades que estimulem a participação ativa e a interação em sala de aula.

Além disso, acreditamos que os professores precisam ser sensibilizados para questões de inclusão e acessibilidade, desenvolvendo competências e habilidades para criar um ambiente escolar acolhedor, livre de preconceitos, onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados. A formação continuada, é um tema forte nesta pesquisa, por esta ser fundamental para atualizar e aprimorar constantemente as habilidades dos professores, garantindo estarem preparados para atender às demandas de uma educação inclusiva, para promover o sucesso acadêmico e social dos alunos surdos.

Diante de tais inquietações esta pesquisa apresenta ao leitor em seu capítulo 1 reflexões sobre pontos da história da educação especial, abordando comportamentos na antiguidade exemplificando a Grécia antiga e suas crenças na “perfeição” humana. E neste caminho ainda neste capítulo o leitor encontrará uma

breve reflexão sobre a história da educação especial no Brasil marcada por diferentes momentos e abordagens. Em seu Capítulo 2 a pesquisa aborda um breve histórico da Base Nacional Comum Curricular como política de currículo situada no fluxo da pesquisa e no capítulo 3 o estudo revela os desafios contemporâneos da educação para surdo situando a cidade de São Domingos na Bahia e o itinerário formativo de uma aluna surda em um espaço público de educação.

Quanto à abordagem metodológica deste estudo científico o desenho do percurso metodológico é tarefa essencial, uma vez que o sucesso do estudo científico está diretamente ligado à capacidade de antever, prever sistematicamente cada etapa constitutiva da pesquisa.

No caso do presente estudo, a escolha pela abordagem qualitativa se desencadeou a partir do dimensionamento do objeto e a percepção sensível, considerando que o objeto-estudo se centraliza no processo formativo de uma estudante surda em um contexto público de educação, considerando as suas singularidades e desafios inerentes ao ensino médio numa perspectiva inclusiva.

Os instrumentos de pesquisa qualitativa são técnicas de coleta de dados que utilizam os sentidos para obter informações sobre a realidade. Alguns exemplos de instrumentos de pesquisa qualitativa são: Entrevistas individuais; Grupos focais; Análise de documentos, anotações, diários; Observação participante, não-participante ou etnografia e Dados audiovisuais. A observação é uma técnica que ajuda o pesquisador a identificar e obter provas sobre objetivos que os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.

Para o desenvolvimento deste estudo, optamos por entrevistas individuais envolvendo os sujeitos participes do tema em questão.

2 REFLEXÕES SOBRE PONTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na antiguidade, as atitudes em relação às pessoas com deficiência variavam amplamente de acordo com a cultura e o contexto histórico. Em algumas sociedades, pessoas com deficiência podiam ser vistas como sagradas ou dotadas de habilidades especiais, enquanto em outras eram frequentemente marginalizadas ou até mesmo sacrificadas.

Para Jannuzzi (2012), na Grécia Antiga, por exemplo, embora houvesse crença na importância da perfeição física, algumas figuras notáveis com deficiência

eram admiradas. O filósofo cego Demócrito, por exemplo, era respeitado por suas contribuições intelectuais. Por outro lado, em Esparta, bebês nascidos com deficiência eram frequentemente abandonados ou expostos à morte, como parte de uma política de seleção eugênica.

A autora supracitada ainda informa que no Império Romano, as pessoas com deficiência também enfrentavam desafios significativos. Algumas eram exploradas como entretenimento em arenas, enquanto outras podiam ser tratadas com compaixão, especialmente pelos estoicos, que enfatizavam a aceitação das circunstâncias da vida. Em civilizações como a egípcia e a mesopotâmica, existem evidências de que pessoas com deficiência eram integradas à sociedade em diferentes capacidades, seja como membros da família ou em papéis de trabalho adequados às suas habilidades. No geral, as atitudes em relação às pessoas com deficiência na antiguidade eram complexas e variadas, refletindo as crenças, valores e práticas culturais de cada sociedade específica.

Durante o período medieval, as atitudes em relação às pessoas com deficiência variavam amplamente de acordo com o contexto social, cultural e religioso da época. Em muitas sociedades medievais europeias, a visão predominante era influenciada pela perspectiva religiosa cristã, que frequentemente associava deficiências físicas ou mentais a castigos divinos ou influência demoníaca. Isso resultava em estigmatização e marginalização das pessoas com deficiência, muitas vezes eram consideradas incapazes de contribuir para a sociedade de maneira significativa.

Nesse contexto, indivíduos com deficiência desempenhavam papéis específicos na sociedade medieval, como músicos, artesãos ou mendigos. Suas experiências variavam amplamente dependendo de fatores como a natureza e gravidade da deficiência, o contexto social em que viviam e as oportunidades disponíveis para eles. No geral, o período medieval foi caracterizado por uma mistura de compaixão e discriminação em relação às pessoas com deficiência, com suas experiências sendo moldadas pelas crenças, valores e estruturas sociais da época.

A história da educação especial no Brasil, é marcada por diferentes momentos e abordagens, refletindo mudanças sociais, políticas e pedagógicas ao longo do tempo. No período colonial, pessoas com deficiência eram frequentemente excluídas da sociedade e não tinham acesso à educação formal. A atenção limitava-

se a iniciativas assistencialistas, sem um enfoque educacional. Durante o século XIX e início do século XX, surgiram algumas instituições filantrópicas e religiosas voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência, mas ainda de forma segregada e assistencialista.

Desse modo, no segundo império no ano de 1874, o Hospital Estadual de Salvador na Bahia hoje denominado Hospital Juliano Moreira, iniciou assistência aos deficientes mentais, indica o interesse da sociedade para com a educação para os deficientes, no começo do século XX são os trabalhos científicos e técnicos publicados. Na primeira metade do século XX de 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, uma federal e os demais estaduais.

Dentre esses estabelecimentos de ensino destacam-se: a Instituto Benjamin Constant em 1942, editou em braile a Revista Brasileira para cegos, distribuindo gratuitamente livros em braile se tornando o ginásio de ensino comum, dando início ao ensino integrado para cegos; o Instituto de Cegos Padre Chico é uma escola residencial que atende crianças deficientes visuais em idade escolar, fundada em 27 de maio de 1928 na cidade de São Paulo com direção interna às Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, irmandade religiosa com participação do governo do estado de São Paulo que mantinha todo corpo docente.

Em 11 de março de 1946 com os esforços de Dorina Gouvea Nowill e Adelaide de Magalhães, foi criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, sem fins lucrativos, que passou a distribuir livros em braile. Nas décadas seguintes, alguns órgãos tomaram iniciativas na direção de deficientes auditivos como o Instituto Santa Tereza, em 15 de abril de 1929 por Dom Francisco de Campos Barreto na cidade de Campinas-SP, graças a ida de duas freiras brasileiras para o instituto de Bourg-la-Reine em Paris, onde foram especializadas no ensino de crianças surdas nos quatro anos de formação, as irmãs Suzana Maria e Madalena da Cruz retornaram a Campinas em companhia de duas freiras francesas, irmãs Saint Jean e Luiza dos Anjos, dando início ao Instituto Santa Tereza.

Contudo, o externato para meninos e meninas oferecia aos alunos deficientes auditivos, além do 1º grau, atendimento médico, fonoaudiológico, psicológico e social, já a Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º grau para Deficientes Auditivos Helen Keller, foi instalada no bairro de Santana, em 13 de outubro de 1952, como o I Núcleo Educacional para Crianças Surdas. As atividades

desenvolvidas por essa escola especial levaram a criação em 1988, de mais quatro escolas municipais de educação infantil e de 1º grau para deficientes auditivos na rede municipal de São Paulo, dois anos depois o Instituto Educacional São Paulo (IESP) foi fundada em 18 de outubro de 1954, este instituto é especializado no ensino de crianças deficientes da audição, particular sem fins lucrativos, atendendo inicialmente crianças de 5 e 7 anos.

Em 1962 instalou o curso ginasial, passando a funcionar em regime de semi-internato, no ano 1969 foi doado à Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, iniciou atendimento especializado a deficientes físicos não sensoriais, em 1950 e 1969, foram criadas duas classes especiais para deficientes físicos junto ao Pavilhão Fernandinho que funcionavam como classes do ensino hospitalar. Tendo como professoras, Carmem Itália Sigliano, Carolina Cesar do Amaral e Francisca Barbosa Felix de Souza trabalharam em Pavilhões, cada professora tinha uma programação individualizada aos alunos pacientes do hospital.

Assim, mantendo convênios com os órgãos públicos e privados, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), realizava atendimento especializado de pessoas com paralisia cerebral e pacientes com problemas ortopédicos, sendo fundada em 14 de setembro de 1950. A Sociedade Pestalozzi criou diversos institutos no decorrer dos anos em alguns estados, iniciado no Rio Grande do Sul em 1926 com atendimento a deficientes mentais, em Minas Gerais em abril de 1935 que atendia a crianças mentalmente retardadas e com problemas de conduta, graças ao trabalho incessante da professor Helena Antipoff, também no Rio de Janeiro em 1948, que atendia a deficientes mentais com regime de residência, semi residência. O externado e ambulatório em São Paulo, foi fundado em 15 de setembro de 1952, sem fins lucrativos.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, foi fundada na cidade do Rio de Janeiro a primeira Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), com a Ajuda de um casal norte-americano Beatrice e George Bemis. Ao se instalarem os governos passaram a conceder ajuda financeira às APAES, assim, possibilitou o surgimento de outras APAES como a de São Paulo em 4 de abril de 1961, como entidade particular de natureza civil sem fins lucrativos.

O atendimento educacional aos excepcionais foi explicitamente assumido a nível nacional pelo governo federal com a criação de Campanhas voltadas para este fim, como a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), o qual foi desativado alguns anos depois. Em 1º de agosto foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, vinculada com a direção do Instituto Benjamim Constante no Rio de Janeiro.

Foi somente na década de 1950 que o Brasil começou a avançar na legislação educacional voltada para pessoas com deficiência, com a criação de escolas e classes especiais. A década de 1970 foi marcada pelo movimento de integração escolar, que propunha a inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares. Em 1973, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reconheceu pela primeira vez a necessidade de atendimento educacional especializado para alunos com deficiência.

Em 1960 foi instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME). O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), foi criado em 3 de julho de 1973 com o objetivo de melhorias no atendimento aos excepcionais. No ano de 1981 em 15 de dezembro o ministro Rubem Ludwing aprovou um novo regimento interno da CENESP, passando a ficar sujeita a secretaria de ensino de 1º e 2º graus, SESP/MEC, se transformando na Secretaria de Educação Especial (SESPE).

Na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a educação especial passou a ser reconhecida como parte integrante do sistema educacional brasileiro, com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Com a criação da SESPE, a Educação Especial a nível nacional foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília no contexto político da Nova República. Em 15 de março de 1990 foi reestruturado o Ministério da Educação ficando extinta a SESPE, passando as atribuições para a Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB).

As mudanças significativas que ocorreram na Educação Especial se devem aos grupos de pressão organizados por pessoas com necessidades específicas e as Sociedades Pestalozzi e as APAES que tiveram grande relevância. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015, reforçou ainda mais os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação inclusiva. Atualmente, o Brasil busca

avançar na implementação efetiva da educação inclusiva, promovendo a formação de professores, a adequação das escolas, oferta de recursos e apoios necessários para garantir o acesso e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas características individuais. A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

No decorrer da história as pessoas com deficiência sempre foram excluídas, ou até mesmo mortas ou abandonadas no nascimento, com suas limitações e incapacidades os deficientes foram ganhando espaço com os avanços tecnológicos e científicos, principalmente na área da saúde, o que possibilitou a aprendizagem do deficiente. Apesar da possibilidade de uma maior interação e possível integração ainda há um longo caminho para se percorrer, obtendo diferentes características físicas ou comportamentais ou deficiente, excluído e marginalizado no meio social, ele contraria a representação ou imagem corporal do homem.

Desse modo, o ser humano em sua essência se desenvolve na interação com o outro, mas isso sempre causou conflitos principalmente com o ser diferente, estes que muitas vezes são estereotipados permitindo que sejam colocados em determinadas categorias na maioria das vezes depreciativas. O deficiente como um ser frágil ameaça a estabilidade social, a verdade, é que muitos agem dessa forma porque não sabem como lidar com o excepcional e acabam desqualificando como anormais, retardados entre outros; são atribuídos estereótipos e estigmas que em muitos casos são iniciados pela própria família e conseqüentemente a sociedade, dificultando a inserção da criança no mundo social.

As pessoas normalmente não sabem lidar com o deficiente e conseqüentemente não sabem o que esperar deles, proporcionando um afastamento, tornando o deficiente isolado e segregado do meio social, proporcionando relações somente com as famílias e os profissionais que trabalham com eles. Segundo a autora mesmo em classes integradas os deficientes, são isolados socialmente por diversos fatores, os pais dizem que podem prejudicar no comportamento e desenvolvimento dos seus filhos, a falta de experiência social dos deficientes, a nossa sensação de desconforto que ao mesmo tempo sentimos raiva por eles quebrarem a sensação de instabilidade, os deficientes refletem em nós as nossas imperfeições e limitações.

A autora Rosana Glat (1995), traz a importância dos profissionais especialistas, são eles que orientam e contribuem no relacionamento das famílias com os deficientes, para os profissionais o crescimento do deficiente reflete o próprio crescimento profissional e pessoal, ao mesmo tempo que reflete nos profissionais uma mistura de sentimentos como culpa, raiva, frustração; na verdade, os profissionais especialistas perpetuam os mesmos sentimentos e pensamentos que a comunidade tem sobre estes, contribuindo assim para a manutenção da deficiência, ocasionando os deficientes preferirem está com outros deficientes se sentindo mais confortável.

Trabalhar com o portador de deficiência, assim como correr uma maratona, não é tarefa fácil, e envolve um enorme desgaste físico, mental e emocional, porque ele também é o espelho que reflete constantemente a realidade dos nossos limites, dos problemas que não podemos resolver (Glat, 1995, p. 44).

Muito se tem feito para que o deficiente tenha um ensino pleno próximo de sua realidade, muitas crianças atualmente tem certos tipos de dificuldades, há as deficiências que são diagnosticadas e aquelas que não são, os professores percebem essas dificuldades e tem que encarar tudo da maneira que cada um consiga alcançar. O ensino público vem tentando atender as legislações vigentes, contratando profissionais, como psicopedagogos, psicólogos, terapeutas, nutricionistas, entre outros, muitos desses deficientes, tem auxiliares que acompanham cada um que tem relatório.

A demanda com o passar dos anos, está crescendo e as escolas vêm se desdobrando para atender a maior quantidade possível de crianças, não tem sido uma tarefa fácil, cada criança tem suas especificidades, e as escolas permanecem com os mesmos problemas que sempre existiram mesmo antes da pandemia. Os baixos salários dos profissionais, em alguns casos, a falta de estrutura das salas multifuncionais, em algumas situações contratam pessoas sem formação para serem auxiliares prejudicando de certa forma o convívio do deficiente no meio escolar.

O sistema educacional não está preparado para receber os deficientes, vemos que a inclusão vai muito além de estar no ambiente escolar, é necessário a integração de forma plena respeitando as limitações de cada um, a integração dos deficientes envolve antes de mais nada, o relacionamento entre pessoas consideradas “normais” membros afetivos da sociedade que deverão aceitá-las e

compartilhar com elas, as facilidades e experiências da vida comunitária mais ampla (Glat, 1995, p. 54).

Sabe-se que não é uma tarefa fácil a inclusão, mas também não podemos só ficar esperando que o deficiente se integre sozinho, ele precisa de amor, paciência, estratégias educacionais e compreensão daqueles que estão ao seu redor. As dificuldades vão sempre existir, por isso, é necessário um maior relacionamento entre as famílias, os profissionais que estão sempre com o deficiente e a escola, juntos podem pensar em estratégias que facilitem o ensino, adaptando-o para o aluno, respeitando suas limitações.

3 UM BREVE HISTÓRICO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COM AS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO COM O FOCO NO PERÍODO DE 2019 A 2023 ANOS QUE A ALUNA SURDA CURSOU O ENSINO MÉDIO

A elaboração de uma base que oriente a construção dos currículos, esteve em pauta nos debates que envolviam educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi criada com o objetivo de ter uma maior igualdade na formação dos cidadãos de forma integral, ela orienta a elaboração de currículos de escolas que disponham de educação básica nacional.

Essa formação integral contempla algumas competências na formação do cidadão além dos muros da escola, o que inclui a formação de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, entre algumas competências temos: exercitar a curiosidade intelectual, valorização de diversas manifestações artísticas, conhecer e cuidar de si próprio tanto a saúde física quanto a emocional, exercitar empatia, utilização de diferentes linguagens, utilizar e criar tecnologias digitais, valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, entre outros.

Assim sendo, a BNCC elenca uma grande variedade de etapas a serem desenvolvidas na educação básica, de forma competente e hábil para cumprir os requisitos organizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, com inclusão e integralidade, pois, desde a consolidação da constituição de 1988, metodologias ativas que assegurem o processo formativo do ser humano, são aperfeiçoadas e reforçadas a cada dia (Brasil, 2024).

De acordo com a Constituição Federal (CF), estabelecida em 1988, é previsto no artigo 210 da BNCC, seguido de cláusulas que conferem o respeito e a segurança para o processo de desenvolvimento intelectual no âmbito escolar (Brasil, 1988). Verifica-se que a preocupação com o ensino de qualidade e inclusivo, torna-se um compromisso do Estado para a contribuição com o desenvolvimento dos alunos e capacitação de professores.

A resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 2, de 22 de dezembro de 2017 reafirma um compromisso atento às necessidades do público infanto-juvenil em suas diversas esferas de desenvolvimento, no qual, a infância seja uma fase da vida marcada por sentidos e experiências que farão diferença na vida adulta, portanto, é preciso produzir mecanismos para permitir expressar, principalmente o aprender, envolvendo-os em atividades de cooperação e interações positivas, proporcionando construir a identidade individual e coletiva, colaborando culturalmente e socialmente com o meio ao qual se inserem, de forma que a BNCC venha a ser posta em prática e valorizada em todo o território nacional (Brasil, 2017).

Percebe-se então que a BNCC desde de 2015 vem sendo elaborada e a versão aprovada em 2017 trouxe diversos benefícios para a educação, construída de forma democrática sua criação possibilita uma maior participação do aluno na sua formação como cidadão, amplas esferas de formação como elementos sociais e pessoais a serem desenvolvidos pelos alunos. Com base na BNCC o ensino médio passou a ser formulado, com um ensino defasado com um número cada dia maior de jovens fora da escola, muitos destes iniciam, mas, não conseguem concluir, por conta de um currículo extenso que não dialoga com a realidade atual. O Novo Ensino Médio proporciona que o aluno esteja no centro do processo de aprendizagem, possibilitando ao estudante escolher a área de maior interesse para aprofundar seus conhecimentos, daí, por meio dos Itinerários Formativos, haverá uma ampliação da carga horária e abordagens diferenciadas às disciplinas e em vez de serem avaliadas de maneira isolada, são integradas (Brasil, 2024).

Em 2020, as chamadas escolas pilotos deram início a implementação do Novo Ensino Médio com um currículo mais flexibilizado de início na 1º série nas escolas pilotos e nos anos seguintes na 2º e 3º nos anos seguintes de 2021, 2022. Na Bahia 565 escolas Rede Estadual foram intituladas como escolas piloto, essas que se iniciou com a implementação na 1º series do ensino médio, com um currículo

mais flexibilizado, com princípios norteadores os direitos humanos, o trabalho como princípio educativo, pesquisas para proporcionar uma outra forma de aprendizagem, sustentabilidade do meio ambiente entre outros (Brasil, 2024).

A adaptação será gradativa em todo o território nacional, no ano de 2020 o mundo foi impactado com a pandemia ocasionado pela covid-19, agravando ainda mais o cenário, na educação problemas que já existiam aumentaram gradativamente como a evasão escolar, se depararam com a necessidade de ter um celular com acesso à internet por conta das aulas online, agravando ainda mais a desigualdade social, o distanciamento social que provocou diversos problemas emocionais, no caso de meninas e mulheres em sua maioria ter que se desdobrarem para dar conta das tarefas domésticas e as atividades escolares, muitos jovens abandonaram escola para trabalhar a noite, principalmente alunos do ensino médio, pois, como o isolamento as atividade em casa para gerar alguma renda principalmente referente a alimentos e os serviços delivery, ocuparam uma boa parte do tempo desse jovens que precisaram trabalhar e ajudar na renda familiar.

Em 03 de agosto de 2021, surge a Lei de nº 14.191 alterando a Lei nº 9.394/96, sobre as disposições acerca das Bases da Educação no Brasil, propondo a educação bilíngue de surdos, haja vista a necessidade de ofertar nas escolas a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como forma principal de atividades relacionadas ao público, respeitando as diferentes culturas, linguagem e variações na perspectiva de um país amplo e diversificado como o território brasileiro, sendo posto o português como segunda língua em escrito, sobretudo em escolas de pessoas surdas com deficiência auditiva, surdocegas, dentre outras que também estejam nesse processo de aprendizagem (Brasil, 2021).

Loureço et al. 2017, exemplifica que o aprendizado e difusão da Libras nas escolas em associação com a escrita gramatical da língua portuguesa, favorece no encaminhamento do bilinguismo social, principalmente nas comunidades surdas, pois, nem todo surdo é alfabetizado e por isso, a importância de se incentivar a aquisição da linguagem de sinais, construindo por intermediadores as vias de acesso para produção de novas compreensões de relacionamentos e conforto para aqueles que não possuem a capacidade auditiva, caso não haja tal interação, produz-se uma intempérie no contato das pessoas surdas com as não surdas, uma vez que todos querem ser compreendidos quando estabelece-se uma comunicação;

caso contrário, surgem sentimentos negativos de impaciência ou insatisfação por não conseguir transmitir, ou entender a mensagem ou emoção a ser passada numa conversação.

A Libras surge como uma ferramenta linguística e comunicativa cada vez mais enfatizada por conta da ampla adesão das comunidades surdas no Brasil, sofrendo poucas mudanças em sentidos regionais, assim como ocorre com o português, levando em consideração a fluidez e naturalidade quando compreendida todas as informações técnicas e combinações da linguagem; é uma aprendizagem que demanda dos sentidos visuais e locomotor, envolvem configurações específicas para a compreensão e associações à movimentos e expressões, como numa linguagem corporal, agilidade e memorização das regras básicas que norteiam qualquer idioma, favorecendo orientações e acessibilidade para sensibilização social e consciência de que embora haja necessidades específicas, a educação por meio desta linguagem de sinais, consegue promover autonomia e inclusão social, sobretudo o direito de integrar-se em qualquer meio da sociedade sem sofrer discriminação ou preconceitos (Menezes; Freitas, 2015).

Para a educação bilíngue é de suma importância a mudança de pressupostos em relação aos surdos e a surdez, pois um dos seus principais fundamentos é a participação igualitária dos surdos nas escolas. Nesse movimento de igualitarismo a língua de sinais existe como disciplina curricular nos vários níveis escolares; dessa forma, o aluno surdo torna-se letrado numa abordagem bilíngue com a utilização da língua de sinais para o ensino de todas as disciplinas (Vagula; Vedoato, 2014).

Ainda conforme Menezes e Freitas (2015), existem diferenças técnicas que envolvem a classificação da surdez, pois, existem diversas classificações qualificar o tipo de deficiência auditiva (D.A.) de acordo com a capacidade ou não de identificar sons, por meio da avaliação da capacidade ou incapacidade auditiva mensurada através de decibéis (dB). Existem pessoas que possuem surdez parcial, de forma leve (perda de até 40 decibéis - dB), moderada (40 e 70 dB) e surdos (igual ou maior que 70 dB).

Faz-se necessário ainda adotar uma subclassificação da surdez, os alunos podem apresentar a surdez severa (70 e 90 dB) ou profunda (>90 dB), requerendo que os professores estejam aptos e atentos a entender o grau de surdez, avaliar o aluno e adaptar suas metodologias de ensino, utilizar recursos didáticos como os materiais visuais, legendados e interpretados, para conseguir desenvolver mais

interação e empatia com os alunos, evitando atrasos e falhas no processo de comunicação (Menezes; Freitas).

Atualmente, ao que se refere à comunicação, existem diversos recursos de mídia que favorecem a cognição, possibilitando aos estudantes a participação ativa nas atividades propostas nas bases curriculares, seja em LIBRAS ao falar, ou em português quando escrita, saindo então de uma situação de analfabetismo para a alfabetização, ou seja, o conhecimento básico da linguagem faz com que haja funcionalidade e clareza naquilo que se pretende exprimir, abrindo cada vez mais oportunidades dentro das salas de aulas que, posteriormente, serão colhidos os resultados na esfera social, posto que o atendimento e entendimento dos Parâmetros Curriculares do Brasil e a boa metodologia para perpassar este conhecimento para todos os alunos, de modo equânime, conforme as necessidades de cada um, oportuniza a expansão dos conhecimentos em fluidez e espontaneidade, sem muitas dificuldades (UENF, 2014).

Francioni e Silva, 2022, discutem que a aprendizagem renova as chances de abrir caminhos para o progresso individual com a exploração das habilidades inerentes à formação humana, respeitando as capacidades e diversidades de absorver e repassar conteúdos voltados aos conhecimentos gerais, por isso que o aprendizado é o método mais potente em romper barreiras superando os preconceitos e os estereótipos sociais. Sendo surdo, o desenvolvimento de habilidades proporciona-lhes poder para lutar pelos seus direitos e ter mais acessibilidade no dia a dia, haja vista que grande parte dos materiais disponibilizados nas escolas é direcionada aos alunos ouvintes, poucos possuem clareza quanto ao acolhimento das pessoas com algum tipo de deficiência relacionada aos órgãos dos sentidos, sobretudo a audição e visão.

Incluir de forma educativa todos os estudantes, a fim de respeitar cada especificidade, destrincha o verdadeiro sentido de educação e cidadania, posto que se faça cada vez mais necessário o desenvolvimento de projetos e atividades que agreguem elementos que explorem cada vez mais recursos nas salas de aula para atrair a atenção dos estudantes com necessidades especiais, utilizando elementos de formas, cores, tamanhos, texturas que contribuam com o entendimento e fixação dos conteúdos lecionados, fazendo-os absorver a essência das lições por meio da apuração dos outros sentidos, praticando a comunicação bilíngue, por exemplo, o português e a LIBRAS, para manter constantes feedbacks de avaliação entre

docentes e discentes, e também entre os próprios colegas, pois, quando a turma passa a receber ensinamentos conjuntos acerca de um conteúdo, digamos que seja a própria linguagem de sinais, será facilitado uma dinâmica onde a mensagem chegará ao receptor sem ruídos no processo interativo, e sem a dependência total de uma pessoa para que seja intérprete de um para os demais (Francioni; Silva, 2022).

É de evidente destaque que os investimentos voltados aos professores para serem aptos na educação bilíngue e inclusão escolar, se torna um tópico a ser discutido nas reformas escolares para que haja abrangência de acesso e acolhimento da diversidade dos estudantes, como vêm acontecendo desde o aperfeiçoamento do sistema educacional financiada pelo Banco Mundial para tentar responder aos problemas sociais existentes, provindos das desigualdades e da falta de estruturação social e econômica, quanto mais investimentos se realizem na educação, faz-se possível balancear a otimização do crescimento e desenvolvimento da nação, incluindo todos os seus cidadãos de forma a efetivar o alcance da estabilidade de todos os públicos na sociedade e no mercado de trabalho, reforçando movimentos políticos e culturais como consta no documento “A Educação que Nós Surdos Queremos” (Kraemer; Lopes; Zilio, 2020).

Além do mais, cabe salientar a importância da presença dos intérpretes de LIBRAS nas escolas para reforçar o processo comunicativo de surdos e ouvintes, quando necessário, para ser o facilitador do desenvolvimento de surdos em salas de aula mistas, pois, a grande maioria dos alunos nessas situações são ouvintes, um ou outro com a perda parcial ou total da audição, mas que passam a ser amparados tecnicamente por auxílio do interpretador; o professor capacitado em na linguagem gestual pode realizar a função de intérprete ao adaptar metodologias como muitas vezes ocorre ao lecionar a disciplina da Libras, com vista na formação comum curricular e na inclusão de pessoas com deficiências, pois, desenvolve-se apoio e trocas recíprocas de habilidades requisitadas na educação bilíngue e multifuncional (Coelho et al., 2022).

Galasso e Santos (2021) observam a luta para a democratização de cursos que propiciem a valorização da educação nas escolas e aperfeiçoamento dos professores desde a formação no ensino superior, para que estes sejam capazes de intervir e resolver demandas que concernem aos alunos surdos inscritos em salas de aulas comuns, dialogando e transmitindo novas habilidades de modo

multifacetado, ao envolver os alunos surdos e saber destacar os caminhos a serem trilhados para o refinamento do gosto pelos estudos, utilizando das metodologias visuais e gesticulares.

Para estes autores, atualmente existe a possibilidade de criar sistematizações das aulas de forma a implantar na educação básica a aliança estudantil integral, tendo o olhar voltado nas várias razões humanas que norteiam a sociedade, porque quanto melhor for o processo de formação superior do profissional da educação, em sentido de completude, conseqüentemente este conseguirá repassar suas habilidades aos alunos, sobretudo àqueles que requerem maior cuidado e orientação para percorrer os caminhos do ensino.

Por isso, a política de inclusão escolar, conforme Kraemer, Lopes e Zilio (2020) faz parte de um movimento de grande intensidade e importância, pois, se destaca desde o início do século atual (XXI), por isso foram estabelecidas normas para garantia do direito das pessoas surdas de serem alfabetizadas, pois, a educação é também um dever do Estado brasileiro, assegurado constitucionalmente como o compromisso de conquistas e investimentos para viabilizar a devolutiva nas salas de aula; a economia implica diretamente nas relações sociais de todos os indivíduos, há a necessidade de expandir os diversos conhecimentos que se têm na atualidade, construindo e consolidando o desenvolvimento de um corpo social proficiente e justo.

4 EDUCAÇÃO PARA SURDOS E OS DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

A educação para surdos no Brasil conquistou diversos marcos legais, como na constituição de 1988 na qual destaca:

Art. 205 - a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Art. 208 - o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: III - Atendimento educacional especializado aos portadores de

deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - Comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação” (Constituição, 1988). Apesar de existirem leis que garantam a inserção do deficiente em escolas regulares, o Brasil vai a passos lentos nessa direção, havia leis mais sem estrutura nas escolas, sem profissionais preparados para atender estes.

Segundo a UNESCO (1994), a Declaração de Salamanca, é um documento que foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especiais, esse documento veio para auxiliar e contribuir no processo da inclusão social e escolar, essas mudanças vinham sendo necessárias e requisitadas há muito tempo, mesmo garantidas na constituição, pois nem as escolas e nem os profissionais mais antigos estavam preparados para receber o público que necessita de alguns cuidados e adaptações especiais, sem que haja discriminação de qualquer tipo.

Houve também alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9.394/1996, a Comissão de Educação aprovou projetos de lei que alteram. O primeiro trata da oferta obrigatória de vagas para pessoas com deficiência nas instituições de ensino públicas e privadas de educação profissional (PLS 211/2017), e outro, da inclusão entre os deveres dos estados, municípios, Distrito Federal e respectivas instituições de ensino, da criação de conselhos escolares e de fóruns dessas organizações (PL 2.201/2022), a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) em 2008, Lei nº 10.436/2002 que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão dos surdos, é um marco importante para a comunidade surda brasileira (Brasil. 2024).

A PNEE reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão para pessoas surdas. Além disso, a lei estabelece que instituições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e o sistema educacional devem apoiar o uso e a difusão da Libras (Brasil. 2024). Mais, de tudo que se tem feito para dar um acesso maior aos surdos na educação e na sociedade, a pergunta que se faz é: Isso acontece na prática? Os surdos têm tido acesso a todos esses benefícios que leis e decretos têm estabelecidos?

Creio que não, a uma quantidade limitada de surdos na escola os que existem, tem dificuldades com os intérpretes, estes intérpretes que estão na sala de aula enfrentam um grande problema de comunicação, alguns deles precisam repassar a matéria totalmente em libras, não há nenhum material adaptado para o surdo, tudo fica por conta do profissional e em muitos casos não tem intérprete, ressaltando que a problemática muitas vezes não está no profissional e sim em sua formação.

Dentre as problemáticas existentes no processo de implementação da disciplina, a carga horária e a falta da sistematização dos conteúdos são os fatores mais latentes que denunciam a ausência de uma formação que ofereça ao pedagogo condições mínimas de atuar na perspectiva bilíngue de surdos (Nascimento; Bezerra; 2012 p.76).

Nota-se que a educação de surdos atualmente, é fruto de uma longa linha do tempo, pois agrega a concepção de surdez ao longo do tempo e, conseqüentemente, das formas de educação, a princípio o foco principal era que houvesse a padronização das formas de gesticulação, seguindo os critérios estabelecidos pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), favorecendo a criação de leis e decretos para o ensino de Libras com autonomia e capacitação intelectual, abrindo caminhos de comunicação direta que supram as necessidades da linguagem e não fossem necessariamente a linguagem oral, em vista da associação capaz de unir o português e a sinalização, como direito das pessoas surdas, independentemente do tipo e grau de surdez (Souza, 2018).

Quando se refere ao bilinguismo para surdos, sobretudo, diante do paradigma educacional atual, a inclusão, os desafios tornam-se ainda maiores. Como atender as condições prementes ao bilinguismo introduzidas neste texto para o conjunto das escolas quando se tem um ou mais alunos surdos matriculados? E aqui fizemos uma pausa importante para tecer articulações quanto ao que poderia representar uma inclusão bilíngue para surdos (Loureço et al., 2017).

Segundo Souza (2018), o que se precisa hoje, é de mais fiscalização para que os órgãos cumpram suas obrigações, e de mais representatividade para o povo surdo, demonstrando que apesar dos avanços ainda existem direitos para conquistar, se levar em consideração à baixa ou nenhuma representatividade de surdos em cargos elevados e bem remunerados, há uma dificuldade em promover ações de incentivo ao ensino de Libras e capacitar o público ouvinte também a

aprender a composição dos gestos para facilitar o processo comunicativo, sem entraves ou estranhamentos, sobretudo no ensino fundamental que agrega futuros profissionais e formam as bases da boa interação social.

Assim como o INES possui núcleos que articulam o ensino e a pesquisa com foco na educação de surdos, as escolas públicas precisam também adotar instrumentos assertivo para alunos com e sem deficiências, para integralizar e orientar com qualidade às necessidades coletivas e individuais dos estudantes, bem como no oferecimento de consultorias e cursos de capacitação aos profissionais, pois estes, são elementos fundamentais para a aplicação do conhecimento em prática, levando em conta a sala de aula e as tecnologias existentes (Brasil, 2024).

É necessária uma maior atenção a formação dos professores, o ensino de Libras tem que ter uma duração mais significativa à aprendizagem, inclusive ser incluída a partir do ensino fundamental por ser uma nova língua, sendo necessário um currículo mais bem aprimorado de preferência com aulas presenciais, proporcionando aulas mais práticas inclusive com estágios, entender mais sobre a língua, sua importância, mais também é necessário compreender o surdo em sua plenitude, sua cultura e a forma de estar na sociedade. É necessária uma formação que contemplem aspectos linguísticos, sociais, políticos e educacionais no ensino-aprendizagem de Libras como segunda língua.

A falta de intérpretes em Libras em diversos ambientes, a quantidade de docentes surdos com nível superior, ainda é baixa, devido aos problemas de acesso à educação fundamental e de nível médio. Um dos caminhos para trabalhar a raiz desse problema, é a educação escolar inclusiva, pois este tipo de educação acolhe a todos, valorizando as suas histórias e dificuldades, talentos e desejos, incluindo o professor e toda a comunidade escolar, as famílias, suas histórias e a história do entorno. O seu principal objetivo, é ajudar todos os alunos independentemente de suas condições particulares a desenvolverem o seu potencial máximo e a se prepararem para a diversidade da vida, só assim os surdos terão a oportunidade de ter uma educação no mínimo digna.

Para o ensino inclusivo, são indispensáveis as adaptações para viabilizar a acessibilidade dos estudantes, com foco na surdez, utilizar recursos de tradução e interpretação do português para Libras e também o processo inverso, de Libras para o português, para construir a expansão da sociabilidade e naturalidade nas interações diárias, a partir da sintonia de experiências vivenciadas coletivamente

entre turmas e normalizando a compreensão sobre a linguagem não falada e sim expressada, para romper paradigmas e supostos bloqueios em aprender algo que vai além do padrão de linguagem fixado pela sociedade ouvinte, intervindo positivamente para uma mobilização maior do aprender e do expressar-se (Nunes et al., 2021).

Para Vagula e Vedoato, (2014), na escola de todos não há espaço para práticas que exijam o domínio de aprendizagem de todos da mesma forma; a inclusão acontece por meio do acesso a um currículo flexível e adaptado, atividades e materiais diversificados, a saber, a necessidade de que cada pessoa possui sua particularidade e dificuldades para superar e dominar assuntos básicos no processo de formação primária e por isso a importância da adaptação:

O projeto de inclusão escolar precisa ser assumido por todos, levando-os a repensar suas concepções para impulsionar novas possibilidades. A ação da escola precisa ser orientada pelos interesses e capacidades das crianças, contribuindo para o estabelecimento de um clima harmonioso, no qual o professor possa exercer sua prática, atendendo o ritmo biológico de cada um. Cabe lembrar, que independente do contexto, a inclusão precisa acontecer, para que as crianças possam aprender com seus pares e atingir seu pleno desenvolvimento (Vagula; Vedoato, 2014, p. 3).

Logo, faz-se necessário adotar uma reflexão sobre as práticas atuais, avaliando os resultados e contextos, para percepção da construção dos princípios que estão sendo desenvolvidos na escola e os impactos na vida dos alunos surdos, abrindo olhares para melhorias e progressos do ensino multifuncional e bilíngue no ensino primário, potencializando a cooperação e evolução intelectual em cada série acadêmica, desde o fundamental ao ensino médio (Vagula; Vedoato, 2014). Ainda conforme Vagula e Vedoato (2014):

A educação bilíngue consiste em garantir o quanto antes à criança surda o acesso à língua de sinais, como primeira língua favorecendo o desenvolvimento em um ambiente natural e estimulador. A segunda língua, a língua oficial do país, visa à socialização com comunidade ouvinte que desconhece a língua de sinais.

Galasso e Santos (2021), apresenta os maiores problemas enfrentados pela falta da educação inclusiva em diversos âmbitos escolares, ocasionando um agravante em evasão escolar e dificuldade de vinculação caso não haja os recursos materiais e humanos para atender as necessidades da comunidade surda, quando

matriculadas em redes de ensino públicas que carecem de estrutura e suporte técnico para superar esses desafios do ensino ampliado, para que se concretize a equidade ao lecionar e, concomitantemente aprender sendo que existe a real necessidade de se trocar conhecimentos entre discentes e docentes, para o aprimoramento da educação básica.

Conforme Kraemer, Lopes e Zilio, (2020), para a efetivação da inclusão de surdos no sistema educacional, é preciso estimular e produzir novos funcionamentos psíquicos dentro do ambiente escolar, pois, a escola seria o local onde existe maior produção subjetiva das condições de vida dos seres humanos, abrindo novas projeções futuras para as relações sociais e também racionalidade. Ao adotar um sistema inclusivo, a sociedade corresponde aos valores políticos e consequentes avanços sociológicos e científicos.

Coelho et al. (2022), abrange novos olhares acerca da educação inclusiva por meio da discussão dos caminhos educativos para os surdos e garantir a aprovação da linguagem de sinais, como acontece dentro do INES, relembram ainda a entidade Federativa do Brasil de Educação e Integração de Surdos, o FENEIS, que defende e completa as necessidades e iniciativas que existem dentro dos ambientes educativos comuns, como nas escolas públicas há a carência de pessoas que saibam colaborar com a diversidade apresentada, na perspectiva de poder sempre haver alguém que precise se comunicar através dos sinais.

A Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) (2024), em manifesto dos cidadãos surdos relacionados aos direitos humanos pela garantia da educação bilíngue ao longo da vida, trazem propostas que visam o futuro e respeitam o passado da comunidade surda de forma a reparar e reivindicar as necessidades da comunidade surda em amplo aspecto, desde a educação básica à avançada, nos ensinos superiores, envolvendo a importância da participação também no esporte e lazer, na arte, cultura, saúde, tecnologia e, primordialmente, na acessibilidade.

Envolve ainda a luta de classes de mulheres surdas, negros surdos, que fazem parte das minorias sociais no Brasil e que necessitam urgentemente desses panoramas desdobrados no manifesto para aquisição de oportunidades iguais de inserção trabalhista e lugar de fala, pois, a Libras não deixa de ser linguagem que precisa ser estudada e trabalhada em todas as esferas do Brasil como segundo idioma aos ouvintes, e primeiro idioma aos não ouvintes (FENEIS, 2024).

Há, atualmente, a necessidade de se elaborar e pôr em prática os objetivos que renovem e façam avançar as políticas surdas brasileiras, pois políticas de inclusão fazem parte da garantia dos direitos humanos universais, sobretudo, democracia na construção de uma sociedade que seja anti-capacitista, logo, ilimitada e respeitosa referente a julgamentos e preconceitos surgidos em um passado infundado em termos de conhecimentos, haja vista o avanço científico e tecnológico atual agregando a acessibilidade e a interatividade de todas as pessoas dentro de contextos diversificados, explorando a linguagem a obter com a sinalização os estímulos necessários para viver dignamente, incentivando a criação de setores governamentais de assistência e supervisão da Educação Bilíngue de Surdos a ser desenvolvida por profissionais capacitados e que participem de experiências ampliando as perspectivas das pessoas surdas tanto na escola quanto em projetos além da sala de aula (FENEIS) (2024).

Silva et al. (2019), indicam ainda outros desafios para consolidar a inclusão contínua dos alunos com necessidades especiais, como no caso da surdez, pois, sempre é necessário a adoção de novas didáticas para facilitar a compreensão de todos os estudantes, sem distinção, apesar de a educação de surdos nas redes comuns de ensino trazem uma atmosfera de novidades e despreparo por parte de alguns profissionais que não dominam a linguagem de sinais, pois, poucos possuem formação específica em educação inclusiva, sendo crucial a necessidade de aperfeiçoamentos e treinamentos, além dos incentivos ofertados por políticas públicas voltadas à educação.

Dos recursos que promovem a interação conjunta, Galasso e Santos (2021), destacam os materiais que devem ser disponibilizados nas escolas para melhor administração das comunidades acadêmicas e fornecer subsídio aos conteúdos a serem ministrado pelos educadores, tais como: lousas interativas, projetor multimídia, computadores e internet; com controle e gerenciamento para incentivar a superação das barreiras estabelecidas pela ausência destes equipamentos e também a evasão escolar, promovendo assim, os planos de permanência e sucesso acadêmico.

A complexidade do processo de evasão demanda soluções também complexas, de difícil execução e que envolvem a participação de diversos agentes sociais. Para tal enfrentamento, é necessário o fortalecimento das instituições

públicas, como espaço de diálogo e de acolhimento, pela defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e, acima de tudo, inclusiva (Galasso; Santos, 2021).

Por fim, existe ainda o distanciamento entre o real e o ideal, ao levar em conta as políticas públicas de educação inclusiva e ensino bilíngue de português e Libras, ao verificar a construção do conhecimento no ambiente escolar que agrega diferentes estudantes e elevado índice de exclusão por inadaptabilidade das técnicas de ensino e aprendizagem disponíveis em grande parte das escolas, causando impacto negativo e retrocesso nos índices de evolução educativa, pois, gera um ciclo vicioso onde nem o ensino superior, nem os ensinos fundamental e médio atingem os reais objetivos de capacitação bilíngue desde o básico ao avançado, gerando deficiências na efetivação do ensinar e aprender (Franco; Gomes, 2020).

Atualmente, a disciplina Libras é uma obrigatoriedade no processo de formação dos professores, em ensino superior, para que estes saibam conduzir o apoio ao aluno surdo e provocar o reconhecimento social da importância do ensino bilíngue para proporcionar a inclusão requisitada legalmente no Brasil, para garantir a permanência dos estudantes e impulsionar a formação de novos conceitos acerca da educação, que deve ser ofertada sempre com qualidade, exprimindo o bilinguismo como essencial no contexto socioeducacional (Lourenço et al., 2017).

Diante dos desafios e perspectivas para a educação bilíngue aqui abordados com ênfase em referendos teóricos, abordaremos na próxima seção a experiência que inspira esse estudo: o itinerário formativo de uma aluna surda na cidade de São Domingos.

5 O ITINERÁRIO FORMATIVO DE UMA ALUNA SURDA EM UM ESPAÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO

A cidade de São Domingos fica localizada na região sisaleira, e um município que está na região nordeste da Bahia a 245 km da capital Salvador, no censo de 2022 segundo o IBGE a população são-dominguense estava em torno de 8.426 pessoas, com uma área territorial de 289,963 km². A economia de São Domingos é baseada principalmente na agricultura e pecuária, com destaque na produção de sisal, milho e feijão, com um índice de desenvolvimento humano com 0.640 (dados de 2010). São Domingos, na Bahia, é uma cidade rica em tradições culturais, com

uma forte influência da cultura nordestina, festa populares como o São João atrai diversas pessoas das cidades circunvizinhas com manifestações típicas como forró, quadrilhas juninas e culinária regional, as festas religiosas demonstram a devoção ao padroeiro São Domingos Gusmão.

Na cidade São Domingos há uma grande dificuldade em relação a assistência e atendimento a crianças e adultos com necessidades especiais, apesar de ser uma cidade pequena a demanda de crianças com necessidades educacionais cresce a cada ano que passa, além das dificuldades que já existem na sala de aula. Falta recursos para o desenvolvimento de atividades, profissionais qualificados, espaço físico entre outros. Além de tudo um órgão que poderia está dando um suporte para a demanda seria a APAE - Associação de Pais e Amigos Excepcionais, mais que infelizmente não há um apoio para que possa atender principalmente os adultos que tem alguma necessidade educacional. Diante desse cenário a história de uma aluna surda ganha destaque, sua força de vontade e determinação a fez superar suas dificuldades principalmente na comunicação, conseguiu concluir o ensino fundamental e o médio em escolas regulares, teve um grande apoio no atendimento de na APAE de outra cidade. Sua trajetória e nosso objeto de estudo através de entrevistas com a aluna surda, da interprete, professores, amigos e família que estiveram com ela nessa caminhada.

O ensino fundamental I da aluna surda foi na Escola Rafael Rios da Costa, localizada no centro de São Domingos, a escola atualmente não é no mesmo prédio, ela foi transferida para outro prédio que construído para esta finalidade que inclusive o nome passou a ser Escola Valdete Ramos. Na escola Rafael Rios a aluna passou por momentos difíceis, os professores não compreendiam se ela conseguia aprender, só um professor de geografia que fez um curso básico de libras e conseguia se comunicar com ela de alguma forma, os seus colegas de turma tinham dificuldades em compreender o que ela queria transmitir ocasionando assim um ambiente caótico, chegando ao ponto de ela se irritar e chorar por ninguém a compreender, relatos esses colhidos através de entrevistas com sujeitos envolvidos no processo formativo da aluna.

Com isso pode-se reafirma que ela não conseguiu ser alfabetizada em português e em libras, só ocorreu porque ela participava de oficinas na APAE da cidade de Valente. Outro grande desafio enfrentado pelos professores e

principalmente por ela, era a falta de recursos, problema esse enfrentado até hoje nas escolas da cidade, atualmente no ensino regular não tem nenhum aluno surdo.

O ensino fundamental II desta aluna foi na Escola Berenice Rute Rios Santos uma escola municipal que atende em torno de uns 250 alunos de 1º a 5º ano series iniciais, a escola Berenice e localizada no centro de São Domingos, esta atende a alunos com necessidades especiais com atendimento de alguns profissionais, como psicólogos, psicopedagoga, atendimentos em sala multifuncional, com a demanda sempre em crescimento a escola tem atendido ao máximo de alunos que tem necessidades educacionais, além dos alunos que são diagnosticados com alguma dificuldade existe aqueles que não tem relatório e os professores tem que auxiliar no que for necessário no âmbito pedagógico, a maioria dos alunos que tem relatórios são acompanhados por cuidadores alguns desses sem nenhuma formação na área de educação inclusiva mais que procuram auxiliar da melhor forma. A aluna surda não teve auxiliar, ela chegou na escola no 4º ano, a professora não soube informar onde ela estudou antes, como ela não teve a assistência de um interprete a relação entre ela e a professora encontrou grandes dificuldades.

Segundo a professora ela chorava muito, possivelmente por questão de não conseguir se comunicar ou por algum motivo que a profissional não soube distinguir, como não tinha nenhum profissional que soubesse libras a comunicação ficava em torno de mímicas, leitura labial, desenhos, entre outras coisas, outra questão e que ela não era totalmente alfabetizada em libras. As atividades eram as mesmas para toda a turma, a professora não soube identificar se ela já sabia ler, mais que ela escrevia tudo e que tinha uma letra muito bonita. Segundo interprete que esteve com ela no ensino médio a aluna sempre demonstrava entender tudo que explicavam, provavelmente por medo de rejeição, ou por não querer demonstrar suas dificuldades em relação as atividades propostas ou mesmo por sempre afirmar que entendia tudo, está provavelmente foi uma das grandes barreiras para o seu desenvolvimento educacional tanto em português como em libras. Seu relacionamento com os colegas em sala foi bem avaliado pelos profissionais entrevistados, que a maioria sempre a acolheu e que inclusive ela fazia trabalhos em grupo.

A entrevista com a aluna surda foi conduzida com o apoio de uma intérprete de sua confiança, uma amiga, na casa da mesma. As perguntas foram feitas e traduzidas para a Língua de Sinais. No início, a aluna relatou ter enfrentado

dificuldades no ensino fundamental, mencionando que algumas crianças a provocavam, inclusive mostrando a foto de um dos meninos da escola como exemplo. Esse relato contrasta com as informações das profissionais entrevistadas, que afirmaram não terem presenciado nenhuma situação de desrespeito.

Ela demonstrou insatisfação com o período do ensino fundamental, principalmente pela ausência de intérprete. Suas respostas foram assertivas e diretas, sem hesitação, embora tenha havido certa dificuldade na tradução das perguntas, exigindo que fossem simplificadas ao máximo. Além disso, a aluna apresentou dificuldades em compreender alguns sinais utilizados pela intérprete, evidenciando o ponto destacado pela profissional do ensino médio: sua alfabetização em Libras e na língua portuguesa ainda não está completa. A introdução tardia da Língua de Sinais prejudicou seu desenvolvimento linguístico, e fatores familiares também impactaram sua aprendizagem. Em sua família, ninguém domina Libras; a comunicação ocorre por meio de mímicas ou escrita, limitada aos que sabem ler. Atualmente, ela vive com sua avó, que é idosa e analfabeta, o que agrava as barreiras comunicativas.

Já no ensino médio ela demonstrou ter gostado mais justamente pela questão de ter uma intérprete que a acompanhava todo o momento, as duas professoras entrevistadas deixaram bem claro que se não tivesse intérprete não seria possível a aluna aprender alguma coisa, porque nenhuma delas sabia Libras e não entendiam nada do que a aluna tentava transmitir.

“Eu não entendia nada do que ela tentava falar comigo, eu me sentia um nada, eu me sentia assim sabe até constrangida porque ela chegava na escola e vinha ao meu encontro me receber com abraços e beijos aquela coisa, e ela gesticulava e eu não entendia nada, sabe o que e nada? Ai eu me sentia muito insignificante, porque não conseguia passar para ela, dar um retorno daquilo que ela estava conversando comigo.” (Professora entrevistada Leriene Teixeira)

Percebe-se o quanto é difícil para o professor ter um aluno surdo em sua turma, a professora se sentia perdida, e isso está acontecendo em muitos ambientes, aprender libras é aprender uma nova língua. Questionada a professora se ela já tinha feito algum curso de Libras, respondeu não ter tempo, os professores

vivem sobrecarregados com diversas demandas na escola, muitos deles trabalham 40 horas. Para ser professor precisa ter muito cuidado porque muitos estão adoecendo no ambiente escolar, aprender uma nova língua tem que está incluída no currículo durante a formação, não só o básico mais em todo o processo de formação do indivíduo iniciando na educação básica.

Durante a formação no ensino médio ela passou a ter acesso ao computador apesar de demonstrar ter dificuldades no manuseio ela gostava, inclusive ela fez estágio no laboratório de informática. Vemos que a língua de sinais é essencial na formação de um surdo, mesmo que o professor não tenha possibilidade de dá aula das duas formas o professor tendo o conhecimento em libras o aluno surdo não ficaria tão dependente do interprete, proporcionando assim um ambiente mais inclusivo.

Uma parte dessa pesquisa foi realizada no CEEP Semiárido, que está localizado na cidade de São Domingo (BA). A história do CEEP Semiárido poder ser contada a partir da história da primeira escola de São Domingos que foi fundada em 1947, quando ainda era um povoado pertencente ao município de Conceição do Coité (BA). Na época, recebeu o nome de Escola Presidente Getúlio Vargas e passou a funcionar em um salão emprestado pela comunidade. Em 1952, foi construída a sua sede própria com apenas duas salas de aula e ofertava o ensino de 1ª a 4ª série do Fundamental. Com a portaria de criação nº 2.348, Diário Oficial do Estado da Bahia de 12/04/1981, a unidade escolar passou a se chamar Escola Estadual Luiz de Camões.

Nessa mesma época, houve uma reforma e ampliação do prédio, que passou a ofertar, também, o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série. Em 2002, a unidade escolar ampliou a sua capacidade de atuação passando a ofertar o Ensino Médio com o Curso de Formação Geral e EJA. Nesse mesmo ano, começou uma grande campanha da comunidade para a construção de outro prédio, uma vez que a estrutura física não mais atendia à demanda de alunos, pois era a única escola que ofertava a modalidade de Ensino Médio do município e recebia os jovens, adultos e idosos provenientes não só da sede, mas de toda a zona rural. Em 2007, a escola ganhou outro endereço com melhores condições físicas e mobiliárias para o desenvolvimento das práticas pedagógicas e socioculturais.

Com a forte demanda por cursos profissionalizantes e a meta de ampliação de vagas para a EP no Estado da Bahia, a Portaria nº8677/2009, Diário Oficial do

Estado da Bahia de 17/04/2009, transformou o Colégio Estadual Luiz de Camões em CEEP Semiárido. Aos 24 dias do mês de julho, foi entregue oficialmente o CEEP Semiárido à comunidade são dominguense e região com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, oferecendo uma integração da EP com o mundo do trabalho e incentivando a inovação e o desenvolvimento científico-tecnológico de uma das regiões mais carentes do país, a região do semiárido. A implantação do CEEP Semiárido possibilitou, de forma inovadora, a articulação da EP com a Educação Básica com o propósito da formação integral e integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo a um processo permanente do desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva na perspectiva do exercício pleno da cidadania.

O público atendido pelo Centro, por sua vez, pertence a 9 municípios de 2 territórios de identidade, sendo do Território do Sisal 4 São Domingos, Valente, Retirolândia, Santaluz, Conceição do Coité 4 e do Território da Bacia do Jacuípe 34 Gavião, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe e São José do Jacuípe. Nesse contexto, os cursos estão organizados de acordo com as orientações curriculares legais, em conformidade com a LDB (Lei nº 9.394/1996), que, no Artigo 39, define a EPT, em 84 cumprimento dos objetivos da educação nacional, e essa deve integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Os cursos de EP, por serem uma proposta nova, quando surgiram, foram vistos com desconfiança por parte dos jovens advindos do Ensino Fundamental II que iriam ingressar no Ensino Médio Integrado, bem como por seus pais.

Já a Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio (Prosub), curso pós-médio, foi abraçado por aqueles que viram uma nova chance de aperfeiçoarem seus conhecimentos e adquirirem uma nova perspectiva profissional. Hoje, após a sedimentação e maior entendimento da proposta dos cursos profissionalizantes, o CEEP Semiárido tem conseguido destacar-se como um Centro de referência em Educação Profissional e vem, com sucesso, ganhando espaço na mentalidade dos adolescentes, jovens, adultos e idosos que objetivam melhorar sua formação e adentrar no mundo do trabalho.

No ano de 2022, o CEEP Semiárido possuía, um total de 503 estudantes, sendo que, desses, 83 eram da Educação de Jovens e Adultos, dos quais, por sua vez, 60 eram estudantes que pertenciam à modalidade de PROEJA e os outros 23,

aos Eixos VI e VII. A EJA/PROEJA só está disponível no turno noturno na Unidade Escolar para os estudantes com idade a partir dos 18 anos, conforme legislação vigente. A Unidade Escolar oferece, além dos cursos profissionalizantes, o Tempo Formativo III, correspondente ao Ensino Médio, Eixo VI, com maior abordagem na área de Linguagens e Ciências Humanas, e Eixo VII que, por sua vez, possui maior abordagem em Ciências da Natureza e Exatas. (Guimarães, Danilo, 2023 p 83,84)

No CEEP a aluna surda estudou do ano 2020 a 2023, durante esse período ela teve interprete que a acompanhou durante todo o período, as professoras entrevistadas não tinham dominam de uso da língua de sinais,

“A lei de Libras nas escolas estabelece que a educação deve ser realizada de forma independente com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua e o Português como a segunda língua” (Planalto L9394)

Segundo a interprete a aluna não chegou alfabetizada totalmente em português e nem em Libras, o que dificultou o ensino, de ambas as línguas, apesar de existir a lei que exige desde de zero idade o estudante ter acesso a língua de Sinais isso não aconteceu com essa aluna, ela não teve assistência durante os seus primeiros anos de formação dificultando o ensino quando chegou ao ensino médio. As professoras entrevistadas foram bem claras e afirmativas quando disseram que não teriam a possibilidade de dar aula a aluna sem a interprete, por não compreenderem o que a aluna tentava falar, em muitos momentos inclusive mandando áudios. Durante a entrevista deu a entender que a maioria dos professores não preparava atividades adaptativas, e que a maioria das atividades era com a interprete, e quando tinha atividade avaliativa ela fazia em dupla.

“Nas atividades avaliativas normalmente colocava ela em dupla com alguma colega, além da interprete que a auxiliava dessa forma ela conseguia as médias apesar das dificuldades” (Professora Iracy de Português Instrumental, entrevistada)

As professoras demonstraram sempre organizar para que ela se sentisse mais incluída na sala de aula, proporcionando estratégias de ensino, a maioria das atividades era para todos da turma, não tinha atividades adaptativas, através das entrevistas com as professoras pode – se percebe que a aluna era totalmente dependente da interprete, mais o que se vê e um crescimento educacional importante para os surdos. “Em nosso país, o movimento político pela inclusão escolar de sujeitos com deficiência vem intensificando-se desde o início da primeira década do século XXI. Contudo, esse movimento ganha importante acento jurídico a

partir da promulgação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) –, a qual estabelece que a inclusão deve ser promovida e efetivada em todos os espaços, públicos e privados. Pelo estipulado na LBI, objetiva-se “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, Art. 1º), (Revista Educação Especial, 2020, p.4)

O que se percebe e que os estados tem feito seu papel que é assegurar uma educação mais igualitária através de leis e investimentos que proporcionam mais oportunidades de aprendizagem para os surdos, a uma construção de políticas educacionais no nosso país que tem pontuado a educação de surdos principalmente no ensino superior, buscando uma educação mais igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou os desafios significativos enfrentados pela aluna surda no ensino médio, destacando as barreiras de aprendizagem e inclusão que permeiam sua trajetória educacional. A ausência de uma alfabetização plena em Libras e na língua portuguesa, somada à introdução tardia da Língua de Sinais, comprometeu o desenvolvimento de habilidades essenciais para o aprendizado. Além disso, fatores como a falta de intérprete no ensino fundamental e a inexistência de um ambiente familiar com conhecimento em Libras intensificaram as dificuldades, limitando sua comunicação e interação social.

No contexto escolar, percebe-se a necessidade de uma abordagem mais inclusiva, com a garantia de recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas adaptadas. O papel da família também se mostrou central: a ausência de apoio linguístico no ambiente doméstico destacou a importância de políticas que envolvam familiares na alfabetização bilíngue, promovendo a comunicação e o desenvolvimento integral da pessoa surda.

A trajetória da aluna surda no ensino médio reflete as lacunas existentes no sistema educacional brasileiro em relação à inclusão e ao atendimento das necessidades específicas dessa comunidade. A falta de uma base sólida em Libras e em língua portuguesa, somada à carência de intérpretes e materiais adaptados, evidencia como a negligência em etapas anteriores da escolarização compromete o

progresso educacional no ensino médio. Esses desafios não apenas dificultam o acesso ao conteúdo acadêmico, mas também afetam sua autoestima, autonomia e integração social, fundamentais para o pleno desenvolvimento humano.

Apesar das adversidades, a determinação da aluna e o suporte de profissionais comprometidos com sua inclusão reforçam a relevância de práticas educativas que respeitem e valorizem as especificidades da comunidade surda. Essa pesquisa aponta, portanto, para a urgência de ações concretas que favoreçam a igualdade de oportunidades e a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília-DF: Ministério da Educação (MEC) – BNCC, 2024. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília-DF: Presidência da República: casa civil, subchefia para assuntos jurídicos, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Gov.br – Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Brasília-DF: Presidência da República: casa civil, subchefia para assuntos jurídicos, 2021. Disponível em: https://planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em 09 jun. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Brasília-DF: Ministério da Educação (MEC), 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/53031-resolucoes-cp-2017>. Acesso em: 08 jun. 2024.

FENEIS. Manifesto dos cidadãos surdos: nossos direitos humanos pela garantia da educação bilíngue ao longo da vida. Conferência Nacional da Libras - Conali. 1ª ed.: Belo Horizonte: Grupo Feneis, 2024. 308 p. ISBN: 978-65-982464-0-2. Disponível em: <https://feneis.org.br/2024/05/22/manifesto-dos-cidadaos-surdos-nossos-direitos-huma-nos-pela-garantia-da-educacao-bilingue-ao-longo-da-vida/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

FRANCIONI, W. V.; SILVA, R. L. da. Ensino de libras como L2 no curso técnico integrado ao ensino médio: perspectivas e articulações com estudantes ouvintes. Cadernos Macambira, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 75–81, 2023. Disponível em: <https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/789>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FRANCO, R. M. da S.; GOMES, C. Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. Rev. Psicopedagogia, São Paulo, v. 37, n. 113, p. 194-207, ago. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862020000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 jun. 2024.

GALASSO, B.; SANTOS, D. V. dos. Trajetória da educação inclusiva no ensino médio integrado da rede federal: fatores de evasão e permanência. Revista Pedagógica, [S. l.], v. 23, p. 1–20, 2021. DOI: 10.22196/rp.v22i0.6069. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/6069>. Acesso em: 11 jun. 2024.

KRAEMER, G. M.; LOPES, L. B.; ZILIO, V. M. Formação docente e educação de surdos no Brasil: desafios para uma proposta educacional bilíngue. lume.ufrgs.br, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/214990>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LOUREÇO et al. Educação bilíngue para surdos. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2017. ISBN: 978-85-7939-513-0. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v39i1.1029>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NUNES, D. R. de P. Educação inclusiva: conjuntura, síntese e perspectivas. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial – ABPEE, 2021. 265 p. ISBN 978-65-88465-05-9. Disponível em: <https://www.abpee.net/pdf/livros/educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, V. C. da, et al. The Teacher's role in Inclusive Education of Deaf Students in High School. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e90911480, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i1.1480. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1480>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SOUZA, P. P. U. de. Educação de surdos no Brasil: uma narrativa histórica. Plat. Espaço digital: ed. Rarelize, Anais V CONEDU, 2018. Disponível em: <https://editora.realize.com.br/artigo/visualizar/47071>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNEF. IV Colóquio interdisciplinar de cognição e linguagem: educação, trabalho e identidade. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - ANAIS, 2014. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65731059/Anais_2014_Coloquio_Cognicao_Linguagem-libre.pdf?1613762804=&responsecontentdisposition=inline%3B+filename%3DConstrucao_da_Identidade_de_Genero_e_Tra.pdf&Expires=1718028675&Signature=cRKT7MVNFaEqj. Acesso em: 10 jun. 2024.

UNESCO. Declaração de Salamanca e o enquadramento da ação: necessidades educativas especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: Acesso e qualidade, Salamanca. UNESCO, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VAGULA, E.; VEDOATO, S. C. M. Educação inclusiva e língua brasileira de sinais. Londrina: UNOPAR, 2014. 208p. ISBN: 978-85-87686-43-5. Disponível em: https://cdn.unoparead.com.br/contents/d6e7463b-83c5-4807-85498dd418df29af/assets/resources/978-85-87686-43-5-educ_inclus_e_ling_bras.pdf. Acesso em: 11 jun. 2024.